



PROTOCOLO

Processo: 6 / 2026

Requerente **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONRADO E CNPJ: 04.118.622/0001-**

Contato: **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONRADO E CONRADO LTA -
autopostoconradotrevo@hotmail.com**

Telefone: **42-3644-1206 - 42-98725-1097**

Assunto: **PROTOCOLO LICITAÇÃO - Versão: 2**

Descrição: **RECOMPOSIÇÃO CONTRATUAL - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025.**

Tempo Minimo **1** dias.

Tempo Maximo **10** dias.

Santa Maria do Oeste, 16 de Janeiro de 2026.

COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONRADO
Requerente



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE-PR

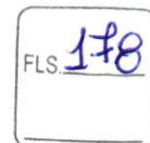
Contrato Administrativo nº 191/2025

COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS CONRADO E CONRADO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob nº 04.118.622/0001-70, com sede na Rua Generoso Karpinski, nº 87, Centro, nesta cidade de Santa Maria do Oeste-PR, por seu Representante Legal, **Sr. MARCELO CONRADO**, brasileiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade, R.G. nº 5.333.144-0, SESP/PR, inscrito no CPF/MF, sob nº 801.916.239-15, residente e domiciliado na cidade de Guarapuava-PR, com fundamento no Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, Art. 124, II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, vem, perante a Vossa Excelência, requerer a **RECOMPOSIÇÃO CONTRATUAL**, ante os fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor.

I – DOS FATOS

A Requerente, por consequência do devido processo licitatório levado a efeito pelo **Edital de Pregão eletrônico nº 025/2025, em 22/07/2025**, celebrou o **Contrato Administrativo nº 191/2025 de 01 de agosto de 2025**, com o Município de Santa Maria do Oeste.

Versa o mencionado contrato a aquisição de combustível para a frota municipal (Etanol), durante o período de 12 (doze) meses.



Ocorre que, após a celebração e consequente execução contratual, houve alta dos combustíveis, inclusive do **ETANOL**, fato notificado na imprensa nacional.

O levantamento realizado na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), regional de Guarapuava-PR, demonstra a referida alta dos preços, consoante se infere do extrato **em anexo**.

Tal fato trouxe à Requerente elevação dos custos na aquisição do produto frente ao seu distribuidor **ECOLÓGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A**, o que lhe onerou substancialmente, consoante demonstram as notas fiscais **em anexo**.

Assim, conforme se demonstrará a seguir, justifica-se à aplicação da recomposição contratual à Requerente de modo a minimizar o impacto causado pela alta dos derivados de petróleo.

II – DO DIREITO

É direito do contratado ter em seu favor o contrato equilibrado de forma que possa honrar com os compromissos assumidos. Neste tom, justifica-se a extensão do direito à Requerente, senão vejamos.

Quando se trata de combustíveis e com a instabilidade do mercado, principalmente, petroleiro, o produto sofre constantes oscilações de valores.

Já no início da execução do instrumento contratual em questão, a Requerente já pagava no combustível ETANOL o valor de **R\$ 3,17 (três reais e dezessete centavos)**, por litro do combustível ETANOL, conforme atesta a **Nota Fiscal nº 51.608, datada de 31/07/2025**, proveniente da distribuidora **ECOLÓGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A**, conforme documento fiscal já constante no processo.

Atualmente, a Requerente paga o valor de **R\$ 3,71 (três reais e setenta e um centavos)** por litro do combustível ETANOL, conforme atesta a **Nota Fiscal nº 40060, datada de 15/12/2025**, também proveniente da



distribuidora **ECOLÓGIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A**, em anexo.

Resta evidente também que, conforme levantamento realizado na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), regional de Guarapuava PR, os valores, por litro de Etanol chegam ao valor de **R\$ 4,32 (quatro reais e trinta e dois centavos)**, o que suporta e justifica mais uma vez, o pedido do reequilíbrio do referido contrato.

Assim, resta evidente a superveniente variação percentual, com base na aquisição do produto e levantamento de valores da ANP, aproximada de **16% (dezesesseis por cento)** no período compreendido entre **31/07/2025 à 15/12/2025**, fazendo com que a Requerente arque com tamanha onerosidade, pois que, atualmente, comercializa para com a Requerida o produto ETANOL no valor de **R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos)**, conforme **planilha anexa**.

Em virtude disso, resta clarividente que a Requerente, já comercializa para com a Requerida produto com o preço muito abaixo do mercado e pela média da ANP.

O direito do contratado em ter o contrato equilibrado encontra-se expresso na Constituição Federal, a qual garante aos particulares que contratam com o Poder Público a manutenção das **“condições efetivas da proposta”** apresentada durante o processo licitatório (**art. 37, inciso XXI**), sendo, portanto, **dever** da Administração respeitar tal condição, a saber:

Art. 37. (...) “XXI – Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (destacamos)

Nota-se, portanto, que o direito à recomposição contratual é protegido constitucionalmente, pois considerado elemento essencial do contrato



administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e/ou excepcionais.

Cumpre observar que o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, neste caso, evidenciado através da recomposição contratual, destina-se, sobretudo, ao atendimento dos interesses da própria Administração Pública contratante.

Nessa linha de análise está a doutrina de Marçal Justen Filho:

“A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos **destina-se a beneficiar à própria Administração.** Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A Administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis - mesmo quando inocorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. **É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer o infortúnio, o acréscimo de encargos será arcado pela Administração.** Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, **a Administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem.** Trata-se, então, de reduzir os custos de transação atinentes à contratação com a Administração Pública. Grifo nosso. (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed., Dialética, 2010, p. 776).

Nesse passo, a Lei Nacional nº 14.133/2021, em seu art. 124, II, alínea “d”, garante o equilíbrio econômico-financeiro, tutelando o equilíbrio, fixando a hipótese de incidência nas situações em que ocorram:

“para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato”

Nota-se que a hipótese em voga se molda perfeitamente à teoria legal prevista e transcrita supra, uma vez que a situação inicialmente pactuada entre a ora Requerente, Contratada, e a Contratante, ora Requerida, de relação **ENCARGO – REMUNERAÇÃO**, para permanecer e manter-se como prefacialmente ajustado, deve ser necessariamente recomposta, capaz então de assegurar, a ambas as



partes, o direito da relação inicialmente estabelecida.

O momento para se formar a equação econômico-financeira se dá a partir da publicação do edital de licitação e a data em que a Administração recebe a proposta apresentada pelo particular.

Com a publicação do edital, a Administração fixa as condições da contratação (que se resumem às obrigações do particular) e, a partir da apresentação da proposta, o proponente estabelece as vantagens (preço) que pretende perceber.

Assim é o entendimento de Marçal Justen Filho:

“A equação econômico-financeira delinea-se a partir da elaboração do ato convocatório. Porém, a equação se firma no instante em que a proposta é apresentada. Aceita a proposta pela Administração, está consagrada a equação econômico-financeira dela constante. A partir de então, essa equação está protegida pelo direito”. (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed., Dialética, 2010, p. 775).

II.1 – Requisitos para o equilíbrio econômico-financeiro

O entendimento doutrinário é o de que para a configuração do equilíbrio econômico-financeiro se torna necessário o preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) **Superveniência do evento causador da quebra da equação:** estabelece que o evento gerador da quebra da equação econômico-financeiro deve ser **posterior** a apresentação da proposta pelo proponente;
- b) **Profunda alteração nos encargos do particular:** o evento deve acarretar **inviabilidade econômica ou dificuldade de proporções relevantes** para a execução do objeto contratado;
- c) **Imprevisibilidade do evento:** que o evento seja imprevisível ou, segundo a lei, **previsível, porém de consequências incalculáveis**; e



d) **Ausência de conduta culposa do particular:** que o proponente contratado **não tenha contribuído** para a ocorrência do evento.

Pois bem. Conforme se observa dos fatos, bem como documentos apresentados, encontram-se preenchidos os requisitos acima citados, fazendo crer estar presente o direito à Requerente em ter a **recomposição contratual** almejada.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto e com fulcro nos fatos e fundamentos jurídicos expostos, bem como no art. 124, II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, requer que Vossa Excelência digne-se acolher o presente pedido de **RECOMPOSIÇÃO CONTRATUAL**, a fim de aplicar sobre o valor atual do contrato de **R\$ 3,39 (três e trinta e nove centavos)** o percentual aproximado de **16% (dezesesseis por cento)**, perfazendo, assim, o valor inicial atualizado para **R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos)** por litro do combustível - ETANOL.


Requer, ainda, **URGÊNCIA** na apreciação do pedido, visto que a Contratada vem honrando com o valor contratual a algum tempo prazo de vigência está findando e, para honrar com os compromissos assumidos, a Requerente necessita que os valores do **Contrato Administrativo nº 191/2025** seja equilibrado.

Termos em que,
Pede deferimento.

Santa Maria do Oeste PR, 16 de janeiro 2026.

COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONRADO E CONRADO LTDA
Marcelo Conrado - Representante Legal

RECEBEMOS DE ECOLOGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS S.A OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		VALOR NOTA R\$ 13.880,00	NF-e Nº: 000.051.608 SÉRIE : 1
DATA DE RECEBIMENTO / /	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	DESTINATÁRIO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONRADO E CONRADO LTDA	

ECOLOGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS S.A ROD PR 486, SALA 01 KM 96 LOTER 13-N E 13-N-1/B, S/N CEDRO PEROBAL PR CEP: 87538000 TELEFONE: 4430569695		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 - Saída Nº 000.051.608 SÉRIE : 1 FOLHA: 1 de 1	 CHAVE DE ACESSO 4125 0702 7980 6700 0149 5500 1000 0516 0819 0026 2573 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDAS		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141250249109199 - 31/07/2025 14:15:54	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 9017094758	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTARIA	CNPJ 02.798.067/0001-49	

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONRADO E CONRADO LTDA		CNPJ/CPF 04.118.622/0001-70	DATA DA EMISSÃO 31/07/2025
ENDEREÇO RUA GENEROSO KARPINSKI, 87	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 85230-000	DATA DE SAÍDA/ENTRADA 31/07/2025
MUNICÍPIO SANTA MARIA DO OESTE	FONE/FAX	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL 9022174875
			HORA DE SAÍDA 14:11:00

FORMAÇÕES DO LOCAL DE RETIRADA

NOME / RAZÃO SOCIAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA PRODUTIVA		CNPJ / CPF 03.345.641/0003-38	INSCRIÇÃO ESTADUAL 9019684382
ENDEREÇO EST VICINAL ASTORGA JAGUAPITA, SN KM 21	BAIRRO / DISTRITO SANTA ZELIA	CEP 86730-000	
MUNICÍPIO ASTORGA		UF PR	FONE / FAX

FATURA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS 7.761,63	VALOR DO ICMS 931,39	BASE DE CÁLCULO ICMS ST 17.587,60	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 1.179,12	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 12.700,88
VALOR DO FRETE 0	VALOR DO SEGURO 0	DESCONTO 0	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0	VALOR DO IPI 0
VALOR APROX. DOS TRIBUTOS 0,00			VALOR TOTAL DA NOTA 13.880,00	

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL ZUNTO TRANSPORTES LTDA	FRETE POR CONTA 1 - Dest.	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍC MDK7884	UF PR	CNPJ/CPF 10.404.211/0001-43
ENDEREÇO RUA IRATI, 69		MUNICÍPIO CAMBE	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL 9047053495	
QUANTIDADE 4000	ESPÉCIE GRANEL	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 3.240,000	PESO LÍQUIDO 3.240,000

DOS DO PRODUTO/SERVIÇO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	B.CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS IPI	VALOR APROX. DOS TRIBUTOS
3	ETANOL ETILICO HIDRATADO ETANOL ONU 1170 CLASSE 3 GRUPO DE EMBALAGEM 2	22071090	0 70	5655	L	4.000,0000	3,1752204406	12.700,88	7.761,63	931,39	0,00	12,00 0,00	0,00

CONTINUAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ANP 3256 O DESTINATÁRIO AO FIRMAR CANHOTO DE RECEBIMENTO, DECLARA HAVER RECEBIDO O COMBUSTÍVEIS NAS CONDIÇÕES, PREÇOS E QUANTIDADE ESPECIFICADOS NESTA DANFE, DECLARANDO QUE ESTA DEVIDAMENTE AUTORIZADO A RECEBER REFERIDOS COMBUSTÍVEIS NAS CONDIÇÕES DISPOSTAS NAS NORMAS REGULAMENTARES DA ANP PIS e COFINS REC. CONF. PARÁGRAFO 4, ART 5 DA LEI 9.718/98, ALTERADA PELA LEI 11.727/2008 E DECRETO 9.101 DE 20/07/2017. Procedimento autorizado: ICMS pago conforme Regime Especial nº 7.956/2024 ENVELOPES: 410001 AO 08, LACRES: 4101 AO 24 PRODUTO A RETIRAR NA : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA PRODUTIVA-EST VICINAL ASTORGA JAGUAPITA-SANTA ZELIA-ASTORGA-PR-CNPJ: 03.345.641/0003-38 I.E: 9019684382 Motorista: FERNANDO RODRIGUES RG: 104993319 CPF: 070.476.199-84 CNH: 042.512.217-54 PLACA: MDK7884 / CARRETA / ITL5D78

1 HIDRATADO
2 HIDRATADO
3 HIDRATADO
4 HIDRATADO / Lacres = /BRANCO

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES BOLETIM DE CONFORMIDADE EM ANEXO, N: HIDRATADO 0066/25 QU?MICO RESPO NS?VEL: STEPHANE LALLINE E SILVA CRQ: 122002288-XII REGI?O CERTIFIC AMOS QUE O(S) PRODUTO(S) ESTA ADEQUADAMENTE ACONDICIONADO(A) PARA SU PORTAR O(S) RISCOS DE CARREGAMENTO(S), TRANSPORTE(S), DESCARGA(S) E TRANSBORDO(S). MERCADORIA ST, CONFORME ANEXO X, SUBSE I, ART. 29 DO DECRETO 6080/2012. N? ONU 1170 - RISCO: CLASSE 3 NR 33 - LIQUIDO IN FLAMAVEL. N? ONU 1170 GRUPO EMBALAGEM: II CLASSE OU SUB CLASSE. NUM.	RESERVADO AO FISCO
--	--------------------

RECEBEMOS DE RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		VALOR NOTA R\$ 11.991,90	NF-e 184 Nº: 000.040.060 SÉRIE: 1
DATA DE RECEBIMENTO / /	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	DESTINATÁRIO COMERCIO DE COMB CONRADO & CONRADO LTDA	

RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA RUA DOUTOR ELI VOLPATO, 948 SALA 12-13 CHAPADA ARAUCARIA PR CEP: 83707720 TELEFONE: 4135521818	DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 1 - Saída 1 Nº 000.040.060 SÉRIE: 1 FOLHA: 1 de 1	 CHAVE DE ACESSO 4125 1200 7561 4900 1339 5500 1000 0400 6016 5347 7599 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA COMBUST./LUB ADQ.TERCEIRO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141250430899763 - 15/12/2025 13:26:12
INSCRIÇÃO ESTADUAL 9045996201	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTARIA 9046709281	CNPJ 00.756.149/0013-39

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL COMERCIO DE COMB CONRADO & CONRADO LTDA		CNPJ/CPF 04.118.622/0001-70	DATA DA EMISSÃO 15/12/2025
ENDEREÇO RUA GENEROSO KARPINSKI, 87	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 85230-000	DATA DE SAÍDA/ENTRADA 15/12/2025
MUNICÍPIO SANTA MARIA DO OESTE	FONE/FAX (42) 9105-1001	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL 9022174875
			HORA DE SAÍDA 13:25:00

FORMAÇÕES DO LOCAL DE RETIRADA

NOME / RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF 00.711.620/0001-39	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO RUA ELI VOLPATO, 948	BAIRRO / DISTRITO CHAPADA	CEP	
MUNICÍPIO ARAUCARIA		UF PR	FONE / FAX

FATURA

Número	Data Vcto	Valor
001	18/12/2025	11.991,90

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS 6.810,83	VALOR DO ICMS 817,30	BASE DE CÁLCULO ICMS ST 13.826,09	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 841,83	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 11.150,07
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00
VALOR APROX. DOS TRIBUTOS 0,00			VALOR TOTAL DA NOTA 11.991,90	

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL RODOSUL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA		FRETE POR CONTA 0 - Rem.	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍC OKF7H88	UF PR	CNPJ/CPF 46.773.539/0001-84
ENDEREÇO RUA CEL JESUINO ALVES DA ROCHA				MUNICÍPIO PALMAS	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL 9095072434
QUANTIDADE 3000	ESPÉCIE LT	MARCA RUFF	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 2.424,000	PESO LÍQUIDO 2.424,000	

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	B.CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQUOTAS ICMS IPI	VALOR APROX. DOS TRIBUTOS
AEHC	ONU 1170, ETANOL HIDRATADO, CLASSE 3, GE II	22071090	0	70	5655	LT	3.000,0000	3,71669	11.150,07	6.810,83	817,30	0,00	12,00 0,00 0,00

CONTINUAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DAS OPERAÇÕES DE TRANSPORTE E QUE ATENDEM AS EXIGÊNCIAS DA REGULAMENTAÇÃO. Código ANP: 1103391/1029752Lacres Cor/Remessa/Quantidade: BR/01428/ 2: 0000016640, 0000016641, Envelope testemunha (Res.ANP 044/13): 0000502104, BOLETIM(NS) CONFORMIDADE: 290/25, PRODUTO SERA RETIRADO NA SADIPE SERV AUX DE DISTRIB DE PETR. LTDA END.: RUA ELI VOLPATO, 948 - ARAUCARIA CEP 83707-720 CNPJ: 00.711.620/0001-39 IE: 9032100101. ICMS DIFERIDO EM PERCENTUAL 38,889, CONF. SUBITEM 4.2, ITEM 4, ARTIGO 31, SEÇÃO III, CAPÍTULO II, ANEXO VIII, DECRETO 7.871/2017. Motorista: JONATHAN MATOS DE LIMA CPF: 10240568990[] Declaro ter recebido o envelope e amostra testemunha constante nesta DANFE. Ass: _____ '[] Declaro como Recuso o recebimento do envelope testemunha dos produtos constantes nesta DANFE. Ass: _____ '[] Declaro como transportador (MOTORISTA) que ao retirar este DANFE, recebi a ficha de emergência e o envelope para transporte devidamente preenchido. Ass: _____

Veículo = OKF7H88/ Motorista = JONATHAN MATOS DE LIMA

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ICMS RETIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA CONFORME ANEXO IX, SEÇÃO XI, ART. 41, I, DECRETO N. 7871/2017, RICMS/PR. EXIBIR NA BOMBA ORIGEM DO PRODUTO RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA. CONFORME LEI ESTADUAL. INFORMAÇÃO AO DESTINATÁRIO: (AEHC/AEHCI/AEHCA/AEHCT/EHCE A Cod.ANP:810101001) ICMS-ST: 841.83 AEHC Dens.: 0.8080 Temp.: 21.0DECLARO QUE OS PRODUTOS PERIGOSOS ESTÃO ADEQUADAMENTE CLASSIFICADOS, EMBALADOS, IDENTIFICADOS, E ESTIVADOS PARA SUPORTAR OS RISCOS	* RESERVADO AO FISCO
--	----------------------



Painel dinâmico

Preços de revenda e distribuição de combustíveis

Atualização dos dados: 09/01/2026



Preço semanal

Preço mensal

Brasil

Brasil

Região

Região

Estado

Estado

Município

Município

Combustível:

Etanol Hidratado (R\$/l)

Período

14/06/2020 04/01/2026

Estado:

PARANA

Município:

GUARAPUAVA (PR)

Limpar Filtros

Limpar Filtros

Periodicidade: Mensal - Municípios

Guarapuava (PR)

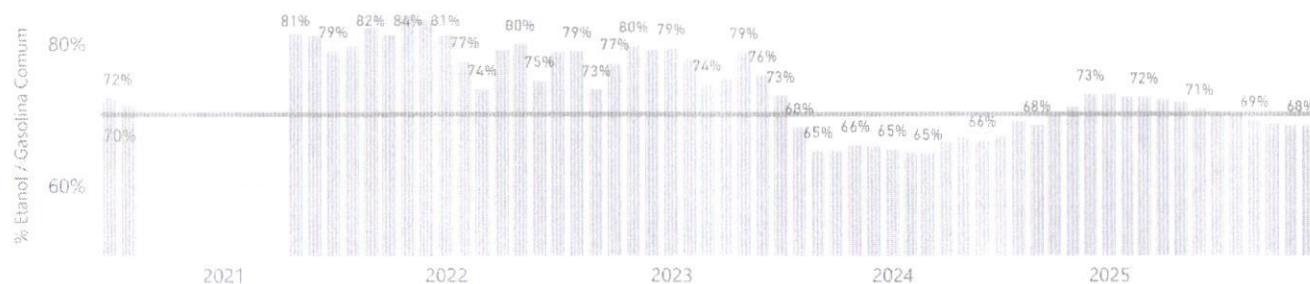
Limpar Filtros

Evolução dos preços médios de distribuição e de revenda - Etanol Hidratado (R\$/l)



Alterar comparativo para: Diesel Comum x Diesel S-10

Comparativo do preço do Etanol hidratado / Gasolina comum



Fontes: Preço de distribuição de combustíveis e Série histórica do levantamento de preços

Notas explicativas



CONVENIÊNCIA
TROCA DE ÓLEO

Aceitamos todos os CARTÕES

GASOLINA
COMUM

6,39

ETANOL

4,69

DIESEL
S500

5,88

DIESEL
S10

6,08

FLS 187

Contrato Administrativo nº 191/2025								
Item	R\$ Contrato	Marca	NF/data	R\$	NF/data	R\$	Variação	R\$ sugerido
ETANOL	3,39	ECOLÓGICA DIST. COMBUSTÍVEIS S.A	NF 51.608 - 31/07/2025	3,17	NF 40060 - 15/12/2025	3,71	0,54	3,93



PARECER JURÍDICO

“O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista”.

Trata o presente parecer da análise jurídica, quanto a **SOLICITAÇÃO E REQUERIMENTO**, apresentado pela Empresa **HF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS CONRADO & CONRADO LTDA.**, em data de 16 de Janeiro de 2026, fls. 182, posteriormente as suas **RAZÕES** apresentadas, referente ao Processo Licitatório nº **083/2025**, Pregão Eletrônico nº **025/2025** e Contrato Administrativo nº **191/2025**, pela referida Empresa, em fase de procedimento para a **“AQUISIÇÃO DE ALCOÓL ETÍLICO PARA SEREM USADOS NA FROTA DE VEÍCULOS LINHA LEVE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE-PR.”**

Tal solicitação protocolada pela Secretaria de Administração e Empresa, em data de 16 de Janeiro de 2026, conforme justificativas exaradas, e é realizada, considerando e buscando a prestação de serviços públicos, onde o desencadeamento de um novo procedimento somente dificultaria a continuidade dos serviços, e sendo que a empresa supracitada já tem contrato de contratação com a administração, e como em sua justificativa que possui saldo remanescente ainda. Tal solicitação foi deferida pelo Chefe do Executivo, em data de 20 de Janeiro de 2026.

É o breve relatório passa-se a análise e ao Parecer:

Compulsando os autos e sopesando a matéria desenhada, entende-se esta Assessoria Jurídica pelo conhecimento e provimento da presente Solicitação.



A Lei de Licitações preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital e no Contrato.

De acordo com nossa doutrina Pátria, aqui representada por Hely Lopes Meirelles, todo contrato administrativo é passível de prorrogação, senão vejamos; ***“Toda e qualquer modalidade de contrato administrativo comporta prorrogação, atendidos os requisitos que acabamos de enunciar, a previsão de recursos orçamentários e as exigências peculiares de cada ajuste, expressos em suas cláusulas ou contidos no regulamento do serviço.”*** (MEIRELLES, Hely Lopes, Dir. Administrativo. Editora Malheiros. São Paulo 2002. Pág. 227.)

A teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisíveis e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputáveis, refletindo sobre a economia ou a execução do contrato, autorizam a sua revisão para ajustá-lo às circunstâncias supervenientes. É a aplicação da velha cláusula *rebus sic stantibus* aos contratos administrativos, a exemplo do que ocorre nos ajustes privados, a fim de que sua execução se realize sem a ruína do contratado, na superveniência de fatos não cogitados pelas partes, criando ônus excessivo para uma delas com vantagem desmedida para a outra.

Por sua vez o art. 124, inciso II, letra “d”, da lei 14.133/201, assim dispõe:” ***Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: II- por acordo entre as partes: d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.”***



Ficará aditivado de acordo com o disposto na Lei Federal 14.133/2021, em seu art. 124, inciso II, letra "d", fica aditivado o Contrato Administrativo nº 191/2025, no Item 001 – **Alcoól Etílico Hidratado**, que perfaz o valor do litro de **R\$ 3,39** (três reais e trinta e nove centavos), passando para **R\$ 3,93** (três reais e noventa e três centavos).

Portanto, considerando a identificação dos serviços objeto do presente contrato, que enquadra-se como de natureza contínua, e sua permanência vem de encontro à necessidade pública a ser satisfeita, plenamente justificado esta o presente aditivo, com base legal.

Assim, no desempenho da função de assessoramento deste órgão jurídico, cumpre-nos alertar à autoridade Administrativa sobre a importância da devida motivação de seus atos, na medida em que recairá sobre esta a responsabilidade acerca da oportunidade e conveniência na escolha do objeto e do seu planejamento quantitativo.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, restrita aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade jurídica do **1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2025**, com a Empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS CONRADO & CONRADO LTDA.**, desde que observadas às recomendações delineadas no presente opinativo, com a publicação do extrato, no diário oficial do Município, visando o atendimento do princípio da publicidade, permitindo a todos o exercício democrático do controle e da fiscalização dos atos de gestão da *res pública*.

Salienta-se que o presente Parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a esta Assessoria, prestar



assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativas.

À consideração superior.

S.M.J. É o Parecer.

Santa Maria do Oeste-Pr, 20 de Janeiro de 2026.


ÉDER JOSÉ SEBRENSKI
Assessor Jurídico



DESPACHO

Considerando as informações e pareceres contidos no presente procedimento **AUTORIZO** o primeiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo n.º 191/2025, com base no Art. 124, inciso II, letra "d", da Lei 14.133/2021

Encaminhe-se ao Departamento de Licitação e Contratos.

Santa Maria do Oeste-Pr, 20 de janeiro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal



1º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 191/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONRADO & CONRADO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º: 04.118.622/0001-70, situada na Rua Generoso Karpinski, 87, Centro, Santa Maria do Oeste-PR, neste ato representado pelo Sr. MARCELO CONRADO portador do RG nº 53331440 SESP PR e inscrito no CPF nº 809.160.239-15, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, inciso II, letra “d”, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:


CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 em seu Art. 124, inciso II, letra “d”, e considerando a alteração no preço do combustível, fica alterado o preço do Item **001 – ALCOOL ETILICO HIDRATADO**, conforme valores constantes no Contrato Administrativo n.º 191/2025, nos seguintes termos:

PARAGRAFO PRIMEIRO: De acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 em seu Art. 124, inciso II, letra “d”, fica aditivado no Contrato Administrativo n.º 191/2025, no Item **001 – ALCOOL ETILICO HIDRATADO**, que perfaz o valor de R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos) passando para o valor de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos);

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 01 de agosto de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

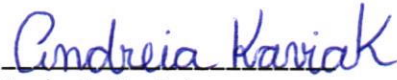
E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.


Santa Maria do Oeste, 20 de janeiro de 2026.


OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal


COMERCIO DE COMBUSTIVEIS
CONRADO & CONRADO LTDA

Testemunhas


Andreia Kaviak
RG: 13.498.652-2
CPF: 101.862.579-88


Fernando Lopes
RG: 7.605.179-8
CPF: 033.183.689-03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

FLS. 194

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 191/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONRADO & CONRADO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º: 04.118.622/0001-70, situada na Rua Generoso Karpinski, 87, Centro, Santa Maria do Oeste-PR, neste ato representado pelo Sr. MARCELO CONRADO portador do RG n.º 53331440 SESP PR e inscrito no CPF n.º 809.160.239-15, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, inciso II, letra “d”, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 em seu Art. 124, inciso II, letra “d”, e considerando a alteração no preço do combustível, fica alterado o preço do Item **001 – ALCOOL ETILICO HIDRATADO**, conforme valores constantes no Contrato Administrativo n.º 191/2025, nos seguintes termos:

PARAGRAFO PRIMEIRO: De acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 em seu Art. 124, inciso II, letra “d”, fica aditivado no Contrato Administrativo n.º 191/2025, no Item **001 – ALCOOL ETILICO HIDRATADO**, que perfaz o valor de R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos) passando para o valor de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos);

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 01 de agosto de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 20 de janeiro de 2026.

OSCAR DELGADO	
Prefeito Municipal	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONRADO & CONRADO LTDA

Testemunhas

Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak

Código Identificador:A870FDDF

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 21/01/2026. Edição 3452

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>